

Gilmara de Melo Ferreira

Denise Dantas Silva

Maria Amália de Mélo Costa

Matheus de Lima Tavares

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
GT: PIBID, Residência Pedagógica, Estágio no Ensino de Sociologia: espaços decoloniais e dialógicos.

O NOVO ENSINO MÉDIO: ABISMOS QUE OCORREM NAS ENTRELINHAS DA “REFORMA QUE
DEFORMA” EM MEIO AO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Belém, Pará

2023



O NOVO ENSINO MÉDIO: ABISMOS QUE OCORREM NAS ENTRELINHAS DA “REFORMA QUE DEFORMA” EM MEIO AO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Gilmara de Melo Ferreira ¹
Denise Dantas Silva ²
Maria Amália de Mélo Costa ³
Matheus de Lima Tavares ⁴

RESUMO

Este trabalho, tem como objetivo apresentar uma discussão problematizadora sobre os impasses advindos das mudanças do “Novo Ensino Médio”, correlacionado as vivências dos discentes na realidade em que o ensino de Sociologia se encontra na escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Reitor Edvaldo do Ó, proporcionado pelo Programa da Residência Pedagógica em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Nosso objetivo é compreender como na prática, essas mudanças têm sido abordadas e seus desdobramentos operacionais nas turmas da nossa escola. Para realização da nossa pesquisa, realizamos pesquisas bibliográficas e utilizamos a observação participante, já que nossa vivência docente na escola nos permite estarmos imersos nesse processo, bem como pelo fato de que o Programa de Residência Pedagógica oportuniza essas vivências. Dada a relevância das implicações para a vida pessoal, profissional e social dos alunos do Ensino Médio torna-se imprescindível que haja um debate envolvendo todos que fazem a escola para conhecerem esse processo de implementação do “Novo Ensino Médio”, afinal essa realidade já está sendo vivida por nós. Portanto, a problemática em questão diz respeito a que maneira o novo ensino médio desincentiva o aluno? Como ele segrega, a partir das realidades existentes? De que forma o ensino de Sociologia fica à mercê desse sistema excludente para o professor/aluno? Qual papel da escola para o exercício da cidadania? De que cidadania estamos falando?

Palavras-chave: “Novo Ensino Médio”. Ensino de Sociologia. Reforma do Ensino Médio. Cidadania.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, tem como objetivo apresentar uma discussão problematizadora sobre os impasses advindos das mudanças do “Novo Ensino Médio”, correlacionado as vivências dos discentes na realidade em que o ensino de Sociologia se encontra na escola Estadual de

1 Doutora em Ciências Sociais pela UFCG. Professora de Sociologia da Educação Básica- EEEFM Reitor Edvaldo do Ó (Preceptora Residência Pedagógica-UEPB/SEC/PB- Bolsista-FAPESQ) e da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. (gilmaraferreira79@hotmail.com).

2 Graduanda do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB (Bolsista Residência Pedagógica-UEPB/CAPES), denise.silva@aluno.eupb.edu.br;

3 Graduanda do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, maria.amalia@aluno.eupb.edu.br;

4 Graduando do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, matheus.tavares@aluno.uepb.edu.br;

Ensino Fundamental e Médio Reitor Edvaldo do Ó, em Campina Grande, Paraíba, proporcionado pelo programa da Residência Pedagógica em Sociologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Desse modo, buscaremos compreender como na prática, essas mudanças têm sido abordadas e seus desdobramentos operacionais nas turmas da nossa escola.

As recentes alterações nos documentos oficiais que institucionalizam o ensino de Sociologia no Ensino Médio, denominada “reforma” do Ensino Médio novamente ameaçam a presença do ensino da disciplina (ALMEIDA, 2020). Ou seja, trata-se de uma problemática que, em vez de beneficiar irá prejudicar e, principalmente, deformar o ensino de Sociologia que, em seu histórico, passou por um desmonte estrutural.

Com isso, objetivando abordar esta perspectiva, é importante se ater a questão dos desafios enfrentados pela história da constituição da Sociologia como componente obrigatório no Ensino Médio. Segundo Bodart (2019), não se pode negar o fato de que a reintrodução do ensino da Sociologia no ensino médio é um acontecimento recente, conquistado por força da Lei Federal n. 11.684, de 2008, em que ela se tornou obrigatória, embora a disciplina tenha sido incluída nos currículos estaduais a partir de 1984.

Atualmente, percebermos que é muito comum o desinteresse dos jovens que cursam o novo ensino médio pela disciplina de Sociologia e o abismo existente para eles chegarem no ensino superior. Por vezes, essa desmotivação surge por enxergarem a graduação como uma realidade ainda muito distante e desmotivante e principalmente quando se fala da docência em um curso das Ciências Humanas como a Sociologia. Esse pensamento acaba sendo uma limitação atribuída pela realidade cotidiana de cada um, onde é ensinado dentro do sistema, inconscientemente, que é melhor optar pelo trabalho a ter que ingressar na vida acadêmica, o que “justifica” o crescente número de evasão escolar, especialmente no ensino médio.

A evasão escolar no Ensino Médio não tem uma causa única. Vai se diferenciar de acordo com a faixa etária, raça, gênero, região e realidade socioeconômica. Dessa forma, o trabalho é o primeiro motivador para evasão escolar, responsável pela desistência de pelo menos 39,1% dos jovens que já estão numa faixa etária em que, seja por pressão da família, ou até por um sentimento pessoal, eles já sentem uma necessidade de se inserirem no mercado de trabalho. E isso contribui para o abandono. Essa é uma preocupação no contexto pós pandemia, que tem sido potencializado.

Daí surge mais esse desafio para a escola pública: sensibilizar esses jovens para a importância dos estudos, inclusive para sua melhor inserção no mercado de trabalho, que é



extremamente competitivo e exigente. Fomentar neles o desejo de aprender também para sua emancipação humana, para além da profissional, bem como ressaltar a importância que a escola tem que ter no desenvolvimento de metodologias e avaliações que protagonizem os jovens na construção de uma aprendizagem significativa e útil para a vida.

Ademais, para a metodologia da nossa pesquisa partimos da abordagem qualitativa, através da observação participante, já que nossa experiência docente na escola nos permite estarmos imersos nesse processo, bem como pelo fato de que o Programa de Residência Pedagógica oportuniza essas vivências, na escola-campo EEFM Reitor Edvaldo do Ó. Nesse sentido, o nosso estudo foi de cunho exploratório, que envolveu pesquisa bibliográfica e o uso de materiais disponibilizados nos encontro de formação da Residência Pedagógica em Sociologia. A observação participante se estendeu por todo o sistema que compõe a escola, desde os alunos, professores, gestora, secretários e todo o corpo de funcionários da escola, que por sua vez, sofrem as consequências desse novo ensino médio.

Conclui-se que, discutir sobre o comprometimento do ensino de Sociologia nesse cenário de mudança em toda logística das escolas no Brasil, em especial em nossa escola-campo, é pertinente, pois precisamos avaliar como essa ideia de reforma já está sendo implementada e quais consequências elas trazem para as escolhas pessoais, profissionais e para inserção dos discentes do ensino médio.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para realização do nosso trabalho, utilizamos a pesquisa qualitativa que possui características multimetodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados. Entre os mais aplicados está a observação participante que é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade para se ter uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados (MAZZOTTI, 1998). Assim, nos valem da técnica de observação participante, já que nossa vivência docente na escola nos permite estarmos imersos nesse processo, bem como pelo fato de que o Programa de Residência Pedagógica oportuniza essas experiências, na escola-campo EEFM Reitor Edvaldo do Ó. Nesse sentido, utilizamos o processo de formação dos encontros semanais da Residência



Pedagógica em Sociologia, como também, o uso de materiais disponibilizados nesse processo, com pesquisas bibliográficas e observação participante na escola campo.

A metodologia da observação participante se estendeu por todo o sistema que compõe a escola, desde os alunos, professores, gestor, secretários e todo o corpo de funcionários da escola, que por sua vez, sofrem as consequências desse novo ensino médio. Nas turmas de segundo ano, buscamos problematizar tais questões quando trabalhamos com os alunos sobre a questão das instituições sociais e seus poderes de regulação, padronização e controle das nossas ações. Eles puderam problematizar o espaço escolar de forma pontual, assim como, abordar os pontos positivos, de como a Sociologia pode atuar nesse meio para uma melhor análise da questão do novo ensino médio. Nas atividades propostas, grupos de debates e rodas de conversas sobre a questão, ajudaram no processo de coleta de informações que permearam uma melhor entendimento sobre os desafios e as entrelinhas que o “Novo” ensino Médio possui em sua configuração e dos desdobramentos que podem “deformar” a capacidade crítica reflexiva dos jovens, dada sua preocupação de ensino quantitativamente tecnicista e que privilegia determinados saberes como mais necessários e úteis para uma formação automatizada e pouco pensante, especialmente no que tange a redução da atuação de alguns conteúdos relevantes, como os que compõem a área de humanas e ciências da natureza, para que os jovens possam concluir o ensino médio e adentrar no ensino superior.

No que concerne ainda as técnicas utilizadas, exploramos na disciplina de Sociologia juntamente com a turma de terceiro ano, oficinas de formações sobre a questão da Sociologia do trabalho, da qual, abordamos precisamente alguns conteúdos como o processo da globalização através de temas que se ligavam com o cotidiano dos alunos, tais como: desemprego, trabalho formal e informal; uberização e McDonaldização; alienação e terceirização do trabalho. Todas as discussões e encaminhamentos, foram realizados através do apoio do programa da Residência Pedagógica, onde os residentes dialogavam com os alunos trazendo materiais de apoio e incentivando a pesquisa, com o intuito de desnaturalizar a visão de trabalho pregada pelo o “Novo” Ensino Médio e seus impactos na vida dos Jovens.

REFERENCIAL TEÓRICO

A “reforma” que “deforma”

A reforma do Ensino Médio, imposta pela Lei nº 13.415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu severas mudanças na estrutura do Ensino Médio. A nova regra ampliou o tempo mínimo de permanência do estudante na escola, de 2.400 horas para 3.000 horas anuais, que deverá ser ofertado de forma progressiva, no Ensino Médio, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. A normativa, ainda, flexibilizou a organização curricular para contemplar as previsões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e propôs a possibilidade de escolhas aos estudantes, os denominados itinerários formativos, com foco na formação técnica e profissionalizante. Sendo que estabelece a obrigatoriedade de carga horária para até 1.800 horas no núcleo comum e mais 1.200 horas, a ser destinada aos itinerários formativos.

Para Almeida (2020), essa proposta de “reforma”, põe fim ao sistema educacional organizado em estruturas curriculares fixas, similares em todos os entes da federação, além de permitir o fim da autonomia de algumas disciplinas nos currículos escolares, como o caso da Sociologia, por exemplo. A partir da “reforma”, foi abaixo a organização curricular escolar estruturada em um conjunto de disciplinas obrigatórias, similares em todos os estados, caso, por exemplo das disciplinas do componente curricular das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia). Poderá permanecer e conviver, pois, uma Base Nacional Comum Curricular, prescritiva, direcionado e unificada, com currículos diversificados, a depender da organização e disponibilização dos itinerários formativos por cada ente federativo, ou mesmo com diferenças no âmbito de um mesmo ente federativo a depender das opções, estrutura e organização de cada escola em uma mesma rede de ensino.

Com a reforma, a Base Nacional Comum Curricular, referente ao Ensino Médio incluirá estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia. O que indica que em relação ao ensino da Sociologia retornamos para o período anterior a 2008. Permanecerá obrigatório na Base Nacional Comum Curricular, o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática, nos três anos do ensino médio, e também fica assegurado às comunidades

indígenas, a utilização das respectivas línguas maternas, bem como em caráter obrigatório o ensino da Língua Inglesa. A disponibilização ou não, dos conteúdos das demais disciplinas dependerão dos percursos formativos estruturados e disponibilizados em cada escola.

Segundo Almeida (20220), com medidas assim, a “reforma” avança na desestruturação do Ensino Médio. Desorganiza o modo como essa fase intermediária do ensino vinha sendo organizada, ao menos desde a edição da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), Lei 9.394/1996. A reforma pode ocasionar um estrago de difícil reversão na educação nacional devido:

- a. mudança na quantidade de horas do ensino;
- b. permitir que profissionais sem a qualificação apropriada possam exercer o magistério no itinerário da formação técnica e profissional;
- c. ao fixar a obrigatoriedade legal somente das denominadas áreas de competências e habilidades específicas, de Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias, (Artes, Língua Portuguesa e Matemática), disciplinas que passam a denominação de componentes curriculares;
- d. por flexibilizar o ensino de disciplinas essenciais para a formação integral dos jovens, como Educação Física, Geografia, Filosofia e Sociologia, que são competências específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a serem oferecidas nos itinerários formativos.

Com os chamados novos itinerários formativos, propostos pela lei 13.415/17 que, segundo o artigo 36 acarreta no acúmulo de componentes para o professor, por exemplo, que irá trabalhar com o eixo de Ciências Humanas, assim como, também impactará na qualidade da aprendizagem do aluno referente a outros componentes, como a Sociologia, e na diminuição da carga horária para implementar disciplinas como Projeto de vida.

Outro quesito negativo sobre as divisões dos componentes curriculares por eixos temáticos é a exclusão, tanto do professor como do aluno em relação ao componente de Sociologia. Nesse sentido, não existe uma causa natural que justifique a “não importância” do

componente para o processo de aprendizagem do aluno, pelo o contrário, pois segundo Bodart:

Um dos fatores que hoje torna, na concepção das classes privilegiadas – inclusive política – a manutenção do ensino escolar das Humanidades como algo não importante, são suas atuais epistemologias. Se antes as Humanidades reforçavam o status quo, hoje se apresentam de forma mais “crítica”, estranhando e desnaturalizando as relações sociais. (BODART, 2019)

Desse modo, o julgamento que se tem sobre a Sociologia e o/a profissional da área, se remete ao fato de que, não é interessante formar seres críticos e cidadãos consciente de suas realidade, ou seja, é uma exclusão do estudante em relação a tal direito que se configura como um distanciamento do exercício da cidadania na prática. Nesse sentido, ao analisar o contexto da Escola Reitor Edvaldo do Ó, é importante ressaltar, principalmente pelos os relatos dos alunos, que muitos deles não tem conhecimento do novo Ensino e como ele impacta diretamente em suas vidas. Nesse sentido, tal fato pode ser explicado por uma falsa visão positiva desse sistema onde ele é levado a acreditar que é protagonista do seu futuro, sem sequer saber quais são as implicações e responsabilidades nesse processo.

Contudo, uma característica que se remete bem a isso, é o da escola dualista da Reforma Capanema, do governo Vargas. Tal reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo”. Nesse sentido, existiam as chamadas escolas dirigentes e as escolas dos operários ou trabalhadores. Tal comparação, se desenvolve em um cenário marcado por decisões majoritárias de uma classe que explora e dá falsas esperanças de um futuro “melhor”. Ou seja, a realidade se apresenta através de um processo histórico que não é novo, e tem um ideal neoliberal enraizado no cotidiano dos alunos e do professor, onde o único intuito é formar mão de obra barata e precarizada, gerando mais riquezas para quem a possui.

A exemplo disso, ao questionar alguns alunos na turma de terceiro ano da escola Reitor Edvaldo do Ó, aproximadamente 30 alunos, apenas 3 pessoas têm o intuito de fazer o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. Nas turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA, isso é ainda mais recorrente, o que ocasiona numa perda de oportunidades de seguirem seus estudos, tornando-se alvos do subemprego ou de empregados em condições precarizadas reforçando os ideais capitalistas-neoliberais, especialmente para os cursos das licenciaturas e Ciências Humanas, principalmente a Sociologia, visto que o mercado digital, por exemplo, é

crescente, entretanto, a docência foge do ideal de profissão, por sua desvalorização salarial, social e pelo crescente número de violências vivenciadas no espaço escolar atualmente.

Tal fator só corrobora inconscientemente para segregar e separar certos estratos dentro da sociedade, por exemplo, o aluno de escola pública do ensino regular do Reitor Edvaldo do Ó tem que empreender, mas será que ele tem as mesmas condições que um aluno de uma instituição particular? Ou seja, a resposta se volta diretamente para os “tipos” de cidadãos que esse Novo Ensino Médio está formando, uns para serem operários e outros para as renomadas instituições superiores, tudo isso, dependendo da classe social em que se encontra o aluno e não para a equidade de ambos, fugindo da ideia de uma escola pública que favorece a igualdade de oportunidades, de inclusão e de formação crítico-cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nuances que envolvem o “Novo” Ensino Médio em nossa experiência docente, assim como pelos residentes vinculados ao Programa Residência Pedagógica da UEPB tem apontado sobre a urgência em compreender como essas mudanças têm se inserido em nossa realidade escolar e quais as implicações para organização da nossa prática pedagógica em relação ao ensino de Sociologia.

O avanço das pesquisas em torno do ensino de Sociologia é fundamental para que o professor seja também um pesquisador de sua própria prática, possibilitando-o reavaliar sua atuação pedagógica, tornando-a racionalizada, rompendo com a equivocada ideia de que para ser um bom professor basta ter conhecimento das Ciências Sociais, ser criativo e espontâneo em sala de aula (BODART, 2020).

Dada a relevância das implicações para a vida pessoal, profissional e social dos alunos do Ensino Médio torna-se imprescindível que haja um debate envolvendo os discentes e seus responsáveis, docentes, a gestora, colaboradores e todos que fazem a escola para conhecerem o processo de implementação do “novo” Ensino Médio, afinal essa realidade já está sendo vivida por nós. Ao observar algumas discussões trazidas nas aulas de Sociologia semanais com as turmas de segundo ano, os alunos, relatam diversos fatores que mostram como de fato eles não se sentem parte desse meio, ou até mesmo, como algumas novidades desse novo ensino não fazem sentido para a vivência deles.

Nas rodas de conversa, alguns alunos mencionam: “A escola não nos prepara para o mercado de trabalho, muito menos para a universidade, mas cobra nosso incentivo para

ingressar em ambos”. Portanto, a problemática em questão diz respeito a que maneira o novo ensino médio desincentiva o aluno? Como ele segrega, a partir das realidades existentes? De que forma o ensino de Sociologia fica à mercê desse sistema excludente para o(a) docente/discente? Qual o papel da escola para o exercício da cidadania? De que cidadania estamos falando? Essas questões necessitam ser pesquisadas e problematizadas.

O ensino de Sociologia deve ter como meta objetivos educacionais e intencionalidades educativas que alcancem a dimensão político-cultural para a superação dos ideais neoliberais e para a promoção de uma educação que vise a eliminação da repressão do aparato estatal, bem como do utilitarismo capitalista e seus desdobramentos ideológicos de alienação (BODART, 2020).

Precisamos repensar sobre que contribuições a Sociologia pode dar nesse “novo” cenário, já que como disse Almeida (2020) para o “novo” Ensino médio, precisamos de uma “nova” Sociologia, que aborde os conteúdos no contexto das abruptas e rápidas transformações políticas e sociais acontecendo na contemporaneidade, para que possamos contribuir para a formação de sujeitos sociais ativos de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gilmar de. **Para o “novo” ensino médio uma “nova” Sociologia**. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

BODART, Cristiano. **O ensino de Humanidades nas escolas**. 1º ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.

_____. O ensino de Sociologia e a BNCC: **Esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e intencionalidades educativas na e para além das Competências**. Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS, Rio de Janeiro, v.4, n. 2, p.131-153, 2020.

MAZZOTTI AJA, Gewandsznajder F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneiras; 1998.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.

8^o ENASEB

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.

